



## CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE

Av. Epifânio Doria, 18 – CEP. 49490.000 – CNPJ 32.741.571/0001-73

Fone: (79) 3549-1454 e-mail: [cmpverde.se@bol.com.br](mailto:cmpverde.se@bol.com.br)

*Décima Sexta Legislatura*

Ata da *Vigésima Quarta Sessão Ordinária* do ano de dois mil e dezoito, realizada em dezessete de maio, às dezenove horas, no Plenário da Câmara Municipal de Poço Verde, onde se fizeram presentes sob a *Presidência* do senhor *vereador Alexandre Almeida Dias* os senhores vereadores: *José Raimundo de Jesus Souza (Vice-Presidente), Edson de Jesus Reis Santos (Primeiro Secretário), José Alessandro Santana Farias (Segundo Secretário), Damares Vieira Cavalcanti, Emílio de Jesus Souza, Gileno Santana Alves, Gilson Santos do Rosário, Jaci Silvino de Sousa, Josefa Délia Félix dos Reis e Pedro de Jesus Santos*. A seguir, procedeu-se a dispensa da leitura da *Ata da Sessão*. Em seguida foram apresentadas as seguintes proposições: **Indicação 051/2018** - Ao excelentíssimo senhor **Everaldo Iggor Santana de Oliveira**, Prefeito Municipal, sugerindo o que segue: 1. Providências emergenciais junto a Secretaria Municipal de Saúde, voltadas para o retorno do atendimento médico do PSF, no Povoado Rio Real, de autoria do senhor vereador *José Raimundo de Jesus Souza*; **Indicação 052/2018** - Ao excelentíssimo senhor Prefeito **Everaldo Iggor Santana de Oliveira**, sugerindo o que segue: 1. Providências emergenciais junto a **Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo**, voltadas para a melhoria da iluminação pública com reposição de lâmpadas e ampliação do número de braços de lâmpadas, na comunidade Saquinho, de autoria do senhor vereador *Emílio de Jesus Souza*. Em seguida, deu-se início ao Grande Expediente, no qual o Secretário Municipal de Finanças, senhor **Roberto Xavier** falou sobre a satisfação de estar apresentando informações sobre a pasta a qual ocupa. Ele comentou que, os recursos que o município recebe são calculados com base na população que, atualmente está em torno de 23.700 habitantes. E, informou que, a Prefeitura Municipal tem que buscar formas eficientes de arrecadar impostos e tributos, visto que os recursos que são repassados não são suficientes para atender a todas as demandas da população, e para que a mesma possa ter uma educação e saúde de qualidade. O Secretário de Finanças remeteu-se aos índices de investimentos aplicados em 2017 na educação de 34% e na saúde 22%, que foi acima dos limites previstos em lei. Disse ainda, que a atenção básica de saúde é quase toda custeada pelo Governo Federal, mas existe um serviço de urgência 24 horas na Clínica de Saúde da Família, que demanda de mais recursos e que é mantida pelo Poder Executivo com recursos próprios, e ressaltou que, a unidade atende pessoas do município e também dos municípios vizinhos. Ainda na área da saúde, o Secretário comentou que, outro desafio é manter a assistência às pessoas portadoras de necessidades especiais, que tem direito de receber medicamentos, fraldas e outros bens e serviços de fonoaudiologia, fisioterapia, hemodiálise entre outros, assegurados por lei, e que representa uma despesa que deveria ser arcada pelo Estado, mas pela demora na chegada do recurso, o município acaba assumindo mais essas despesas. Falou também sobre as obrigações junto ao INSS, que tem retido diretamente nas contas do FPM, as parcelas correspondentes ao parcelamento da dívida, e isso causa preocupação, pois nos meses de janeiro a março foi retido todos os recursos das contas, e o setor financeiro precisou remanejar recursos de outras áreas para arcar com os compromissos. Outro ponto muito preocupante são os precatórios, afirmou o orador ao destacar que em 2017 foram pagos aproximadamente R\$ 600 mil reais de precatórios e, para este ano está previsto R\$ 1,3 milhão, com uma parcela de R\$ 120 mil reais já para ser paga em maio, que vão até fevereiro de 2019, e todas essas demandas causam impacto direto no planejamento do município. Afirmou também que, o *Poder Executivo* vem pagando um passivo dos Professores referente a fevereiro de 2015, bem como está pagando a insalubridade aos servidores da saúde que pleitearam este direito, e vem dialogando com os representantes dos servidores, para negociar os reajustes do salário dos servidores. Esclareceu que, os recursos do salário educação foram utilizados para a manutenção das atividades de ensino, como manutenção de frota, custeio da merenda escolar e outros, haja vista que os recursos do FUNDEB são utilizados em sua totalidade para o pagamento dos salários dos professores e



## CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE

Av. Epifânio Doria, 18 – CEP. 49490.000 – CNPJ 32.741.571/0001-73

Fone: (79) 3549-1454 e-mail: [cmpverde.se@bol.com.br](mailto:cmpverde.se@bol.com.br)

*Décima Sexta Legislatura*

servidores da educação, disse ainda, que essas informações estão disponíveis no Portal da Transparência. O Secretário comentou que, o *Poder Executivo* tem concedido às licenças que os servidores que passam por problemas de saúde têm direito, bem como tem feito os encaminhamentos ao INSS, daquelas pessoas que já esgotaram todos os direitos previstos em lei. Outro desafio da gestão é a complementação das despesas com as folhas de pagamento de profissionais como os agentes de saúde e de endemias, pois os recursos que o Governo Federal encaminha não são suficientes para acompanhar a evolução da carreira desses profissionais. Além disso, existe uma Portaria que, obriga os profissionais que recebem seus vencimentos, com recursos do Ministério da Saúde a trabalharem 40h semanais, e em decorrência disso, muitos médicos não têm demonstrado interesse de continuar trabalhando no município, fazendo com que algumas equipes do Programa de Saúde da Família - PSF fiquem sem médico, um serviço que é tão essencial para o município. A seguir, o senhor vereador **Gilson Santos do Rosário**, comentou que a falta de médicos é preocupante, mas o Secretário Municipal de Saúde esclarecerá melhor este assunto, quando vier a esta *Casa*, e agradeceu a presença do Secretário de Finanças atendendo a Lei Municipal 623/2012 de sua autoria, prestando contas de sua pasta, e indagou ao Secretário se é verdade que a Caixa Econômica Federal sequestrou parte dos recursos do município, que é devida a instituição em decorrência de um déficit no repasse de mais de R\$ 1,5 milhão de reais, de parcelas de empréstimos consignados descontados em folha? Depois, a senhora vereadora **Josefa Délia Félix dos Reis** agradeceu a presença do Secretário e o parabenizou pela explanação feita com muita competência. Por conseguinte, o senhor **Presidente** indagou se, existe alguma previsão ao pagamento da regência de classe dos professores, e do reajuste dos servidores? Também indagou se o pagamento dos servidores comissionados está sendo feito em dia, e qual a modalidade de contrato desses profissionais, pois tem informações de que alguns são pagos por hora, e muitos não chegam nem a receber um salário mínimo. Em seguida, o senhor vereador **José Alessandro Santana Farias** indagou se o Secretário já recebeu a contraproposta do Sindicato dos Professores, haja vista que após a última reunião com o Prefeito, foi encaminhada uma proposta para pagar o Piso a partir de julho, diferente do que foi dito pelo próprio Prefeito, que pagaria em junho com o pagamento de retroativo, e depois dessa reunião foi realizada uma assembleia com os professores, que elaboraram a nova proposta da categoria. Ele enfatizou que, a gestão não se furta as negociações e diálogo com os servidores, mas ao que parece é que esse comportamento é uma estratégia, para o *Poder Executivo* ganhar tempo. E mais, disse que existem servidores comissionados que estão há quase três meses sem receber seus vencimentos. Por fim, indagou como estão as negociações com o SINDSERV, haja vista que, solicitou ao Prefeito que encaminhasse os projetos de reajuste das duas classes de servidores, pois uma depende da outra, para trabalhar, e relatou que às vezes, parece que a gestão quer que exista algum tipo de rivalidade entre elas. O edil pediu também que, quando o Secretário se referisse aos recursos do FUNDEB explicasse, que não são utilizados apenas para o pagamento dos professores, mas de todos os servidores da educação. Continuando, o senhor vereador **Edson de Jesus Reis Santos** comentou que, o FUNDEB existe para auxiliar os municípios a custear a educação, mesmo se utilizasse os 100% do FUNDEB para pagar o salário dos professores, a Prefeitura teria a obrigação de complementar se faltasse algum recurso para isso, e mais, comentou que ano passado foi aprovada uma emenda ao orçamento anual, obrigando o município a direcionar parte dos recursos do FPM, para um fundo emergencial, para situações em houvesse necessidade, como no caso do sequestro das contas do município, e indagou se já existe esse fundo de reserva, e se já teria montante acumulado que suprisse a necessidade de repor o que foi sequestrado pela justiça? Por conseguinte, o senhor vereador **Pedro de Jesus Santos** parabenizou o Secretário pela explanação e gestão da pasta, pois é um homem competente e responsável



## CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE

Av. Epifânio Doria, 18 – CEP. 49490.000 – CNPJ 32.741.571/0001-73

Fone: (79) 3549-1454 e-mail: [cmpverde.se@bol.com.br](mailto:cmpverde.se@bol.com.br)

*Décima Sexta Legislatura*

com as receitas do município, e que tenta fazer o melhor para que o município tenha êxito, no entanto, observa que este ano, os servidores não estão recebendo seus vencimentos dentro do mês, como em 2017. Ele relembrou que na gestão passada, o município passou por dificuldades financeiras, mesmo assim o SINTESE era muito incisivo nas cobranças em relação aos salários e os direitos dos professores, e indagou ao Secretário como ele analisa o comportamento do Sindicato na atual conjuntura? Qual a perspectiva para a concessão de reajuste nos vencimentos dos servidores, e ainda, existe a possibilidade dos salários não serem pagos no fim do mês de maio, haja vista que há uma previsão de sequestro de receitas? Por fim desejou sucesso ao Secretário e se colocou à disposição para discutir soluções para os problemas do município. Continuando, o Secretário agradeceu aos vereadores pelas palavras proferidas por eles, e respondeu aos questionamentos dos edis. Ele explicou que, o município está aguardando a decisão da justiça em relação à regência de classe, pois alguns professores acionaram para buscar o seu direito adquirido, e em decorrência disso e do comprometimento da folha, o município não implementou esse direito. Afirmou também que, o Poder Executivo entende que é uma lei, que é legítima, mas ainda não foi possível encontrar viabilidade financeira dentro do orçamento do FUNDEB, para implementar esse direito. Disse ainda, que as negociações referentes ao reajuste dos servidores, junto ao SINDSERV serão realizadas no próximo sábado pela manhã, com a presença dos representantes da classe, do Prefeito e dos Secretários Municipais. Disse ainda, que não concorda com a afirmação do vereador **José Alessandro** em relação às reuniões com os servidores, serem estratégias para o governo ganhar tempo, e comentou que, não se pode conceder reajuste que não se pode pagar, disse também que, a administração não quer causar mal-estar ou rivalidade entre os servidores, e explicou que alguns servidores tem pisos que os demais servidores não têm, a exemplo dos professores que foi estabelecido pela União o percentual de 6,87%, enquanto os demais servidores tiveram reajuste bem menor 1,80%, e este assunto será discutido na reunião do próximo sábado. Por outro lado, comentou que, não existem cargos comissionados com salários atrasados, mas o município está tendo dificuldade de pagar alguns servidores contratados. E mais, afirmou que, a contraproposta do SINTESE já chegou em suas mãos, e em breve serão respondidas pela administração. Afirmou que, infelizmente algumas categorias de servidores como agentes comunitários de saúde e agentes de endemias têm um piso específico, e a União não repassa os recursos suficientes para honrar a folha de pagamento dessas categorias, portanto o município tem que complementar com outros recursos da atenção básica. O Secretário afirmou ainda, que o município foi obrigado a pagar R\$ 132 mil reais referentes a uma, das três parcelas de empréstimos consignados devido à Caixa Econômica Federal, e destacou que é muito difícil trabalhar percentuais de contingência, haja vista o volume de receitas que o município recebe em relação ao montante de compromissos que tem. E mais, comentou sobre as dificuldades do município conceder o reajuste dos professores, que já representa um déficit no orçamento, haja vista que as receitas do FUNDEB não serão suficientes para arcar com esta despesa, e avalia como concederá a regência de classe, mesmo assim, está pagando aos professores passivos de fevereiro de 2015, e de janeiro a abril de 2017. O senhor **Roberto Xavier** afirmou que, o SINTESE cobra muito da gestão municipal, chegando ao ponto de algumas reuniões terem de ser realizadas com a presença de um conselheiro de Tribunal de Contas. E ainda, afirmou que o município se preocupa em pagar os salários dentro do mês, mas nem sempre os repasses do Governo são suficientes, para honrar a folha de pagamento, e às vezes é necessário utilizar recursos do mês seguinte, para pagar os vencimentos do mês anterior. Em relação à regência de classe, o **Presidente da Casa** sugeriu que, a gestão cortasse gastos ou despesas desnecessárias, e exemplificou com as doze *Secretarias* existentes no município possui, para cumprir com esses compromissos. Ele indagou se está sendo repassado 1% das receitas do município, para o



## CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE

Av. Epifânio Doria, 18 – CEP. 49490.000 – CNPJ 32.741.571/0001-73

Fone: (79) 3549-1454 e-mail: [cmpverde.se@bol.com.br](mailto:cmpverde.se@bol.com.br)

*Décima Sexta Legislatura*

Fundo Municipal dos Direitos da Crianças e do Adolescente, previsto na Lei Municipal 274/99. O Secretário **Roberto Xavier** falou que, a gestão tem trabalhado com muita racionalidade, para honrar os seus compromissos, e diariamente vem cortando despesas que não são prioritárias. Ele destacou que, os doze *Secretários* existentes trabalham e são muito cobrados pelo Prefeito, e não acredita que eles façam parte das gorduras a serem cortadas, para que o município economize recursos. Ele disse ainda, que alguns servidores trabalham por oficinas, e o valor é de fato menor que o de um salário mínimo. Já em relação ao repasse ao Fundo, comentou que, está sendo feito através do atendimento de demandas, que os profissionais da área social têm encontrado, por meio das buscas ativas. Por fim, agradeceu a oportunidade de estar prestando contas de sua pasta, e se colocou à disposição para quaisquer dúvidas e questionamentos. Depois, o senhor **Presidente** agradeceu e parabenizou o Secretário **Roberto Xavier** pelo trabalho competente que tem realizado, bem como parabenizou o Prefeito Municipal, que tem tomado medidas muito importantes e interessantes, aproveitando melhor a mão de obra do município. Continuando o *Grande Expediente*, o senhor **Gilmário Souza da Silva** utilizou-se da *Tribuna Livre*, para falar sobre o Conjunto Habitacional Acrísio de Araújo Dória. Ele comentou que, tem sido muito abordado pelos demais associados da Associação de Desenvolvimento Comunitário Boa Esperança, cobrando providências em relação à distribuição dos lotes, referentes ao terreno remanescente do Conjunto, haja vista, que das 330 pessoas, que se cadastraram e pagaram R\$ 2 mil reais cada uma, para receberem as casas, que seriam construídas através do Programa Minha Casa Minha Vida, mas apenas 50 foram construídas, portanto 280 pessoas esperam há mais de oito anos, para receberem suas casas. Ele comentou que, segundo a Presidente da Associação, senhora **Maria Marli Santos de Santana** até o fim deste mês serão entregues os lotes a cada beneficiário, mas eles indagam se os lotes serão entregues sem saneamento básico, e qualquer outra infraestrutura, e se a Prefeitura permitirá que, os seus proprietários construam suas casas? Estes terrenos terão escrituras? E pediu respostas imediatas dos representantes da Associação Boa Esperança e o apoio do vereador **Gilson do Rosário**, que estava fazendo a organização da associação na época, e que os demais vereadores cobrem da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo tome providências, para realizar as obras de esgotamento sanitário no conjunto, que está causando sérios transtornos para as pessoas que residem na localidade. Por fim, agradeceu a presença dos beneficiários desta associação. Por conseguinte, o senhor vereador **José Alessandro** sugeriu que, esta *Casa* elaborasse um *Requerimento*, convidando a Presidente da Associação Boa Esperança, para prestar os esclarecimentos sobre este assunto. Ele pediu que, a Presidente da Associação trouxesse documentos comprovando, onde foram gastos os recursos da associação e o que foi feito para a benfeitoria do terreno adquirido por ela. Ele disse ainda que, algumas pessoas começaram a invadir o terreno, e outros entraram com ação na justiça e, inclusive já foram ouvidos pelo juiz na primeira audiência. Cobrou providências do Governo Municipal, para a realização das obras de saneamento básico, para que as pessoas possam construir suas casas de forma digna. Ele se colocou à disposição, para lutar pelos direitos dessas pessoas que, estão há mais de oito anos sem ter uma casa para morar. Depois, a senhora vereadora **Josefa Délia Félix dos Reis** parabenizou a iniciativa do senhor **Gilmário**, que está representando as 280 famílias, e falou que fará o que for possível, para ajudá-los, através das *Indicações* para resolver este problema. Ela disse ainda, que o senhor vereador **Gilson do Rosário** é um homem de bem, uma pessoa responsável, e certamente irá resolver esta situação da melhor forma possível. Em seguida, o senhor vereador **Edson de Jesus Reis Santos** comentou que, no início do ano, foi votado um *Projeto de Lei* criando o referido conjunto, mas a preocupação do edil é, como serão distribuídos os lotes, se não houver o saneamento e toda a infraestrutura básica, para que as pessoas possam construir suas casas? Ele disse ainda que, apresentou uma indicação solicitando que a Prefeitura Municipal



## CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE

Av. Epifânio Doria, 18 – CEP. 49490.000 – CNPJ 32.741.571/0001-73

Fone: (79) 3549-1454 e-mail: [cmpverde.se@bol.com.br](mailto:cmpverde.se@bol.com.br)

*Décima Sexta Legislatura*

realizasse essas obras, e na ocasião sugeriu que, o Prefeito buscasse emendas parlamentares, para realizá-las, já que o município passa por dificuldades financeiras, e não pode arcar com essas despesas com recursos próprios. Ele falou também que, mais uma vez se vê o crescimento da cidade desordenadamente, além de ter muitas casas fechadas, outras estão em nomes de laranjas, enquanto as pessoas que precisam não têm acesso a elas. Ele disse que os vereadores estão dispostos a ajudar, mas pediu que os moradores formassem uma comissão, e que fossem até a Prefeitura e conversasse com o Prefeito sobre essa situação, e se necessário buscar o Ministério Público para resolver esse problema. O senhor **Edson** afirmou que, está à disposição para ajudar os moradores a buscar uma solução e parabenizou o senhor **Gilmário**, que está trazendo este assunto para a *Tribuna Livre*, e ainda parabenizou todas as pessoas que estão buscando os seus direitos, e orientou as pessoas que continuassem lutando, pois se cruzarem os braços, nada será resolvido. Continuando, o senhor vereador **Gilson do Rosário** comentou que, na sua visão não há necessidade de fazer desse problema um palanque político, e destacou que esteve à frente deste Projeto, como agente político, assim como outros vereadores que também intermediaram projetos do PMCMV, e pediu que as pessoas ficassem tranquilas, pois existe um terreno em nome da Associação Boa Esperança, que encaminhou diversos projetos para o Governo Federal, para que fossem liberadas 330 unidades habitacionais, mas infelizmente liberaram apenas 50 unidades. Os representantes da associação buscaram o Ministério das Cidades, que pediu que alterasse o Projeto, e o mesmo está em tramitação e prestes a ser liberado contemplando 144 beneficiários, no entanto, não existe um prazo para isso. Segundo o Ministério das Cidades, o município tem um superávit de habitação, e existem 800 casas a mais, por isso que, há essa demora para a aprovação de projetos dessa natureza, no entanto, é de conhecimento de todos, que muitas dessas casas dos conjuntos habitacionais estão fechadas, e nunca existiu moradores nelas. Ele disse ainda, que a escritura está sendo desmembrada, mas relatou que é um processo demorado, pois são necessários projetos, inclusive a Secretaria Municipal de Obras, tem feito à limpeza e terraplanagem dos terrenos, mas o equipamento da Prefeitura quebrou, mas assim que for consertado, concluirá o serviço, bem como serão realizadas as demarcações dos terrenos. Disse ainda, que já solicitou ao Deputado Federal João Daniel, que ele encaminhasse emendas para a pavimentação desses terrenos, e ele se dispôs a encaminhar uma verba de R\$ 400 mil para isso, como também outra verba para a construção de uma praça no povoado Lagoa do Junco. E mais, disse que o Prefeito assinou um convênio com a FUNASA, para que sejam feitas obras de saneamento básico no município de Poço Verde. Na oportunidade, comentou que os moradores do Conjunto Acrísio de Araújo Dória que tiverem problemas com as casas do conjunto, inicialmente devem procurar a construtora responsável pela construção das casas, para que ela solucione o problema, caso não tenha uma resposta devem buscar a Prefeitura Municipal. Sugeriu que se monte uma comissão entre os beneficiários da Associação, para que seja realizado um sorteio com os lotes, para que sejam distribuídos de maneira justa no fim deste mês, e a perspectiva é que a infraestrutura de pavimentação, energia elétrica e abastecimento de água será viabilizada até o fim do ano, com o apoio dos parlamentares e do Prefeito Municipal. O senhor vereador **Gilson Rosário** comentou que, nunca se furtou as suas responsabilidades, e sempre apoiou a Associação Boa Esperança desde o início, e a Prefeitura está realizando a limpeza do terreno, para benefício da associação, e não dele próprio, e quando o terreno foi adquirido teve-se a preocupação de ser em uma área que fosse valorizada, para dar mais qualidade de vida aos moradores do conjunto. Depois, o senhor vereador **Pedro de Jesus Santos** comentou que, é muito importante que o diálogo entre os beneficiários através do senhor **Gilmário** e o senhor vereador **Gilson Rosário** esteja sendo feito publicamente, esclarecendo este assunto, e expondo as perspectivas para a distribuição dos terrenos, bem como da infraestrutura



## CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE

Av. Epifânio Doria, 18 – CEP. 49490.000 – CNPJ 32.741.571/0001-73

Fone: (79) 3549-1454 e-mail: [cmpverde.se@bol.com.br](mailto:cmpverde.se@bol.com.br)

*Décima Sexta Legislatura*

necessária para que as pessoas possam construir suas casas. E, salientou a disponibilidade e a responsabilidade do vereador **Gilson** que está tentando resolver esta problemática, e pediu que ele levasse essa preocupação dos munícipes para o Deputado João Daniel, para que ele se sensibilize ainda mais, a liberar os recursos, para a pavimentação desses terrenos o mais breve possível. Por fim, o senhor **Gilmário** afirmou que, a maior reclamação dos 280 beneficiários é a falta de diálogo dos responsáveis pela Associação Boa Esperança, mas os esclarecimentos que o senhor vereador **Gilson** trouxe nesta noite deu maiores esperanças a todos que, estão esperando esses lotes, e afirmou que, não acredita que a entrega desses lotes dê certo, pois as pessoas ainda terão a incerteza de quando poderão construir as suas casas, sem a infraestrutura necessária. Ele disse ainda, que os membros da associação querem que a Presidente da Associação convoque uma reunião, para que todos possam buscar juntos as soluções para este problema. Por sua vez, o senhor vereador **Gilson Rosário** afirmou que, para que o recurso seja recebido pelo município é necessário que os lotes já tenham sido entregues, e buscará o apoio do Deputado João Daniel, para que tão logo sejam entregues os lotes, ele encaminhe a *emenda*, para a pavimentação do conjunto. O edil falou ainda, que a entidade decidiu entregar os lotes, para atender os anseios das pessoas que, não querem aguardar o projeto sair, mas salientou que, segundo o Deputado André Moura aproximadamente 144 casas do conjunto serão construídas, mas ainda não tem data para tal. Depois, o senhor vereador **José Alessandro** reafirmou a necessidade de convocar a Presidente da Associação Boa Esperança, para que ela esclareça todas as dúvidas dos beneficiários em uma das *Sessões*, e também que faça o sorteio dos lotes de forma democrática. Por fim, o senhor **Presidente da Casa** agradeceu a presença do senhor **Gilmário**, que teve a iniciativa de trazer esse assunto, para esta *Casa*. Ainda no *Grande Expediente*, o senhor vereador **Gilson Santos do Rosário** falou que em uma determinada *Sessão*, o senhor **Presidente Alexandre Dias** o desafiou a trazer as ações realizadas por ele, enquanto esteve na *Presidência da Casa*, e ele aproveitou o ensejo, para fazer o levantamento de todas as atividades que realizou em seus nove mandatos de *vereador* e também como Presidente, e contou que, antes a Câmara não tinha prédio próprio, era uma extensão da Prefeitura, e a sua primeira iniciativa foi buscar a autonomia orçamentária do *Poder Legislativo* em 1992, além disso, fez diversas benfeitorias no prédio, também adquiriu diversos mobiliários da sala das comissões, cadeiras do plenário, entre outros equipamentos de ar condicionado para a maioria das salas da *Câmara*, exceto o do plenário, colocou à disposição cursos de informática para os vereadores da época, entregou para todos os vereadores notebook para desenvolverem melhor seu trabalho, adquiriu ainda o sistema de som do plenário, câmeras de monitoramento eletrônico internos e externos, assinaturas de revistas e jornais de grande circulação, para que os vereadores ampliassem seus conhecimentos, memorial do *Poder Legislativo* com quadros de todos os *vereadores* que, passaram pela Câmara desde a primeira *legislatura*, criação do site da *Câmara*, conectado com o Interlegis, criação das biografias de todos os vereadores, para que as pessoas soubessem quem são os *vereadores*, disponibilização de assessoria jurídica para a população, além de celulares para os vereadores, que na gestão do senhor vereador **Pedro** foram devolvidos, por ordem do Tribunal de Contas, também disponibilizou por um período a transmissão do áudio das *Sessões* ao vivo. O edil sugeriu que, o senhor **Presidente Alexandre** retornasse a fazer convênio com o Interlegis, pois é um órgão do Senado Federal, que presta assessoria as Câmaras Municipais, de forma gratuita, e tem uma plataforma com muitas leis, projetos entre outras coisas disponíveis a todos. O senhor vereador **Gilson Rosário** disse ainda, que trouxe essas informações não como afronta, ou perseguição, mas se sentiu no direito e no dever de trazer suas ações para que a população também tomasse o conhecimento de tudo que ele fez, e salientou que, talvez ele tenha errado em não ter divulgado essas conquistas antes. E, afirmou esperar que, o senhor **Alexandre** possa trabalhar



## CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE

Av. Epifânio Doria, 18 – CEP. 49490.000 – CNPJ 32.741.571/0001-73

Fone: (79) 3549-1454 e-mail: [cmpverde.se@bol.com.br](mailto:cmpverde.se@bol.com.br)

*Décima Sexta Legislatura*

cada vez mais, e possa dizer que fez muito mais que os demais *Presidentes*. Pediu que os munícipes venham a *Câmara de Vereadores*, para que acompanhem seus representantes e possam escolher melhor nas próximas eleições, e que as pessoas tenham consciência na hora de votar e de cobrar dos seus políticos. Ele afirmou que, continuará trabalhando pelo povo, mas provavelmente este será seu último mandato. O senhor vereador *Gilson Rosário* disse ainda, que ele nunca negou informações para ninguém sobre o conjunto Acrísio de Araújo Doria, e muitos são testemunha de que, a ex-presidente Dilma deixou publicado no diário oficial a ordem de serviço para a construção das casas do conjunto, mas o Presidente Michel Temer revogou logo em seguida. Ele lamenta que, algumas pessoas que são beneficiadas pelos programas de habitação do Governo e que infelizmente vendem o imóvel, não sabendo que corre o risco de passar por um processo judicial, tanto quem compra, quanto quem vende. Depois, o senhor *Presidente Alexandre* parabenizou ao senhor vereador *Gilson do Rosário*, pelo trabalho que ele realizou como Presidente da Casa. Ele comentou que, foi um exagero de sua parte ter provocado o senhor vereador *Gilson*, e mesmo que tivesse feito muito mais que ele, de forma alguma poderia ter questionado a gestão dele, e pediu desculpas ao colega por ter se exaltado naquela ocasião. Ele afirmou que, só depois de um tempo percebeu a grande responsabilidade que recai sobre o cargo de Presidente do Poder Legislativo. E, por não haver outros oradores inscritos para o *Grande Expediente*, deu-se início a *Ordem do Dia*. Na *Ordem do Dia* foi submetido em discussão o *Projeto de Lei 949/2018* - Dispõe sobre nova denominação do Conjunto Habitacional conhecido como Antônio Carlos Valadares - *Conjunto Habitacional Pedro Almeida Valadares Neto (Pedrinho Valadares)*. Como não houve quem quisesse discutir, o referido *Projeto* foi submetido em votação, obtendo como resultado: **APROVAÇÃO EM TERCEIRA VOTAÇÃO E REDAÇÃO FINAL, com o placar de 07 (sete) votos favoráveis dos senhores vereadores: José Alessandro, Damares Vieira, Edson, Gilson Rosário, José Raimundo, Josefa Délia e Pedro e 02 (Dois) Votos contrários, dos senhores vereadores Gileno e Jaci Silvino.** E, por não haver outras matérias para serem discutidas ou votadas na *Ordem do Dia*, deu-se início às *Considerações Finais*. Nas *Considerações Finais*, o senhor vereador *José Alessandro Santana Farias* parabenizou os agricultores pelo seu dia, parabenizou também o Prefeito e a Secretária Municipal de Agricultura Adriana, pela realização do evento, em comemoração ao dia do agricultor. O edil também congratulou os garis e margaridas pelo dia dedicado a estes, e pelo trabalho que realizam, que é muito importante para o município. Agradeceu a presença dos munícipes nesta *Sessão*, principalmente os jovens. Na oportunidade, o edil parabenizou ao Prefeito pela realização das audiências públicas nos povoados, e destacou que são muito importantes para que a população tenha conhecimento sobre o seu município. O edil falou que esteve no povoado Rio Real, e percebeu que as pessoas reclamavam de uma escavação feita pelo senhor Edmundo, na frente das casas dos moradores da comunidade, onde o esgoto está há mais de um mês correndo a céu aberto. Ele indagou ao *Poder Executivo*, em qual Secretaria trabalha o senhor Edmundo, para que ele estivesse realizando serviços pelo município, e pediu que o Secretário de Obras esclarecesse este assunto. Por conseguinte, o senhor vereador *Pedro de Jesus Santos* falou sobre a audiência pública realizada no povoado São José, e lembrou das *Indicações* feitas pela comunidade, como também as de sua autoria, em especial a que solicita o retorno da disponibilização de uma ambulância para atender a comunidade do São José, que foi retirada na gestão passada. Ele afirmou que, o Prefeito se comprometeu a atender as *Indicações* apresentadas pelos munícipes, principalmente a questão da ambulância. O edil falou que participou do evento do *Dia do Agricultor*, e destacou que esse dia foi instituído pelo *Poder Legislativo*, de autoria do *ex-vereador Dimas Rabelo*. Ele comentou que o evento foi muito positivo, para a sociedade poçoeverdense, principalmente para os agricultores que expuseram seus produtos. Por fim, o senhor *Presidente* divulgou o convite oriundo do



## CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE

Av. Epifânio Doria, 18 – CEP. 49490.000 – CNPJ 32.741.571/0001-73

Fone: (79) 3549-1454 e-mail: [cmpverde.se@bol.com.br](mailto:cmpverde.se@bol.com.br)

*Décima Sexta Legislatura*

Gabinete do Prefeito, convidando para participar da audiência pública, que discorrerá sobre a Lei Orçamentária Anual e Lei de Diretrizes Orçamentárias 2019, no dia 18 de maio das 8 às 12h no Plenário da Câmara Municipal de Poço Verde. E, por não haver outros edis para se manifestar nas *Considerações Finais*, o senhor *Presidente* declarou por encerrada a *Sessão*, ficando todos convocados para no dia vinte e dois de maio de dois mil e dezoito, às dezenove horas realizarem a próxima *Sessão Ordinária*, e para constar eu, vereador ***Edson de Jesus Reis Santos***, lavrei a presente Ata e abaixo subscrevo.

Plenário da Câmara Municipal de Poço Verde, em dezessete de maio de 2018.

*Alexandre Almeida Dias/PSDC*  
*Presidente*

*José Raimundo de Jesus Souza/PSB*  
*Vice Presidente*

*Edson de Jesus Reis Santos/PSB*  
*Primeiro Secretário*

*José Alessandro Santana Farias/PC do B*  
*Segundo Secretário*

*Damareis Vieira Cavalcanti/PMN*  
*Vereadora*

*Emílio de Jesus Souza/PSDB*  
*Vereador*

*Gileno Santana Alves/PSDB*  
*Vereador*

*Gilson Santos do Rosário/PMN*  
*Vereador*

*Jaci Silvino de Sousa/PSC*  
*Vereador*

*Josefa Délia Félix dos Reis/PP*  
*Vereadora*

*Pedro de Jesus Santos/PDT*  
*Vereador*